



AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA TERRITORIAL: MULHERES TORNANDO POSSÍVEIS ESPAÇOS PARA A VIDA¹

RODRÍGUEZ IBARRA, Ana Carolina²; CHARÃO-MARQUES, Flávia³; HERRERA-ORTUÑO, Judit⁴;
DALLA ROSA, Luna C.⁵; SILVA, Tanise Pedron⁶

² Doutoranda em Psicologia pela PUCRS, Porto Alegre, RS, anacarolinarodriguezibarra@gmail.com

³ Professora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, flavia.charao@pq.cnpq.br

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento Rural, PGDR - UFRGS, Porto Alegre, RS, dosmilsetzeju@gmail.com

⁵ Doutoranda em Desenvolvimento Rural, PGDR - UFRGS, Porto Alegre, RS, lunac22@gmail.com

⁶ Doutoranda em Desenvolvimento Rural, PGDR - UFRGS, Porto Alegre, RS, tani_agronomia@yahoo.com.br

RESUMO

As reflexões propostas a seguir se baseiam em cinco estudos de caso, levados a cabo pelas autoras, entre os anos de 2015 e 2018, em diferentes localidades brasileiras. Trata-se de um esforço coletivo para contribuir com o debate sobre o reconhecimento das mulheres como protagonistas e como criadoras de novos conhecimentos no contexto da agroecologia. A ideia central é dar visibilidade para práticas sociais, que podem estar gerando reconfigurações territoriais que tornando possível a vida através de renovadas formas de existência. Destaca-se a materialização das territorialidades, que sendo localmente situadas e específicas, dão visibilidade a práticas de cuidado na cotidianidade.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidade. Ação social. Mulheres rurais. Práticas.

INTRODUÇÃO

Este texto busca contribuir com debates atuais sobre o reconhecimento das mulheres como protagonistas de experiências agroecológicas e como criadoras de novos conhecimentos. Neste sentido, nosso argumento é de que as práticas sociais por elas desenvolvidas em territórios diversos, potencialmente, promovem autonomia, seja pela participação em processos de tomada de decisão, de produção e comercialização, ou mesmo, no próprio espaço doméstico.

Como menciona Siliprandi (2009a), a revalorização dos saberes tradicionais das mulheres e das práticas associadas tem a potencialidade de reconfigurar processos de construção social de gênero, gerando transformações sociais na divisão sexual do trabalho. Partindo da problematização do papel das mulheres rurais nas atividades produtivas e reprodutivas, pretende-se evidenciar trajetórias de distintas experiências de mulheres rurais com a agroecologia. São destacadas práticas sociais no que se refere ao seu potencial gerador de reconfigurações territoriais, que são percebidas na materialização da produção e comercialização de alimentos, na criação de novos valores e afetividades, ou na organização social das mulheres. Hipoteticamente, estamos propondo que tais práticas contribuem para a construção de possibilidades para a vida, para a existência dessas mulheres mesmo em contextos problemáticos e adversos. Tais processos de transformação relacionam trabalhos dentro e fora de casa, ressaltando-se a importância da criação de espaços para a ação coletiva. Considerando que as práticas desenvolvidas pelas mulheres promovem a construção da agroecologia nos territórios, se reconhece, em acordo com outros autores, que elas também possibilitam a promoção do empoderamento feminino e a construção de novos significados associados aos papéis de gênero no contexto rural e nas lutas ambientais (KARAM, 2004; WRIGHT

¹ Trabalho do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Feministas e Desenvolvimento - UFRGS.

e ANNES, 2014; NASCIMENTO e DAL POZZO, 2015; MACIAZEKI-GOMES, NOGUEIRA e TONELI, 2016).

A dimensão de gênero, que pode ser entendida como “um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1991, p. 22), é considerada aqui, em interface com a dimensão da territorialidade, como construída por práticas que conectam humanos e não humanos, gerando fluxos vitais que emergem reciprocamente (INGOLD, 2012). Vinculando essas duas noções, entende-se que existem territorialidades distintas ligadas ao masculino e ao feminino (VELASCO, 2012), e que estas se encontram relacionadas menos com predisposições naturais de homens e mulheres do que com as responsabilidades historicamente conferidas a um e outro sexo. Assim, é devido à vinculação social das mulheres com os trabalhos de processamento de alimentos, assim como de cuidado com a saúde de crianças, doentes e idosos, em especial nos contextos rurais (HERRERA, 2016), que estas se organizam e ocupam diferentemente os espaços, aderindo marcas, funções e significados relacionados a essas responsabilidades.

É nesse sentido que podemos falar que das iniciativas agroecológicas se desprendem práticas sociais que se constituem, como impulso a movimentos criativos que conformam dinâmicas inovadoras de trocas econômicas, novos vínculos e valores, além de articulações e fluxos vitais, importantes tanto para a vida das mulheres e suas comunidades, como para a existência de territórios mais sustentáveis. Assim, baseando-se em alguns aspectos selecionados de cinco estudos de casos, são trazidas experiências de mulheres no contexto da agroecologia, refletindo sobre como as práticas territoriais por elas protagonizadas contribuem para processos que se podem identificar com a criação de ‘espaços de vida’. Procuramos identificar como as diferentes expressões do trabalho das mulheres em seu cotidiano (produção, processamento, comercialização de alimentos, articulação e organização econômica e política, dentre outras), contribuem para a saúde e alimentação, para a geração de conhecimentos localmente situados e para o reconhecimento das próprias mulheres.

METODOLOGIA

As reflexões propostas se baseiam em cinco estudos de caso, levados a cabo pelas autoras entre os anos de 2015 e 2018. No desenvolvimento das pesquisas têm sido mobilizados diferentes dispositivos metodológicos, tais como etnografia, pesquisa documental, observação participante, entrevistas em profundidade e registros fotográficos. A discussão, aqui trazida, considera certos aspectos estudados em dois trabalhos de mestrado concluídos (HERRERA-ORTUÑO, 2016; DALLA ROSA, 2017) e em trabalhos de doutorado em andamento.

Os elementos trazidos para a discussão são parte das seguintes experiências documentadas: 1) comercialização de produtos agroecológicos na feira da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS), em Porto Alegre; 2) elaboração de remédios à base de plantas medicinais na Farmacinha Comunitária de Cristal do Sul, Rio Grande do Sul; 3) produção de alimentos em hortas agroecológicas no Assentamento Quilombo dos Palmares II, em Macaíba, Rio Grande do Norte; 4) organização econômica e política de mulheres rurais na Rede Xique-Xique de



Comercialização Solidária, Rio Grande do Norte; e 5) sistematização de experiências agroecológicas da Rede Sergipana de Agroecologia, em Sergipe.

O trabalho se serve da experiência das pesquisadoras, em sua vivência de longo prazo, junto às mulheres que são interlocutoras nas respectivas pesquisas. Isto nos permite considerar observações realizadas em contextos e tempos diversos. O foco da análise está, então, na identificação de elementos em comum no que tange às experiências mencionadas. Para tanto, se reconstitui brevemente a trajetória dessas experiências, identificando distintas práticas e significados. Pretende-se, assim, demonstrar empiricamente alguns pontos de contato entre os casos estudados, sem, contudo, estabelecer enquadramentos normativos e conceituais pré-concebidos para o que identificamos como agroecologia em cada uma das situações. O foco, então, recai sobre as evidências de heterogeneidades e singularidades das experiências, apontando para as possíveis conexões entre elas, de maneira a demonstrar elementos que territorializam práticas sociais no contexto da agroecologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro caso faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento focada no papel das mulheres na agroecologia na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa, na feira orgânica da Assembleia Legislativa, identifica que esta feira inicia suas atividades em novembro de 2017, mantendo uma frequência semanal, e oferecendo alimentos diversos em dez bancas de produtoras e produtores, na entrada principal do prédio. São comercializados hortigranjeiros, geleias, arroz, feijão, farinha, ovos, ervas medicinais e aromáticas, além de sucos processados, pães e bolos, entre outros produtos. Este espaço é constituído por integrantes da Cooperativa de Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), da Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA), e da Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS).

O destaque, aqui, é para o papel das mulheres na organização das barracas e no atendimento aos clientes. É frequente que sejam elas as que informam aos clientes a propósito dos produtos, da qualidade e das propriedades nutricionais e medicinais, explicando os períodos de safra e até compartilhando receitas a serem feitas com os alimentos. Isto denota, por um lado, o conhecimento sobre seu trabalho e seus produtos e, por outro, valoriza a feira como um espaço de intercâmbio de conhecimentos. Um destaque pode ser dado ao conhecimento delas sobre diversas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), e à disposição em estimular que os consumidores experimentem coisas novas. Enfatizam também as características saudáveis dos alimentos orgânicos, que são produzidos por elas e suas famílias, sem veneno, frescos, e que podem ser consumidos com confiança. Assim, sua atividade está articulada com o cuidado e a saúde da comunidade de consumidores. A participação nas feiras as envolve em diversas atividades, tanto de formação, como de tomada de decisões, gerando espaços para adquirirem conhecimentos como produtoras. A participação no processo de comercialização em um espaço de grande visibilidade, como a Assembleia Legislativa, parece contribuir para o desenvolvimento de certa autonomia e autoconfiança,

configurando, então, vivências diversas e renovadas para as mulheres. Observa-se, durante a feira, a parceria e a solidariedade entre as produtoras. Conversam durante a jornada, se elas não têm um produto, recomendam bancas vizinhas, cuidam dos alimentos de todas as bancas, compartilham a água quente para o chimarrão. Elas partilham o tempo de trabalho, que é tempo de vida. Se realiza, então, uma troca de saberes e fazeres, que permite a configuração de territórios para o encontro e a constituição de existências múltiplas.

O segundo estudo de caso se refere à experiência das Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul, um grupo de mulheres rurais que se organizam em torno da elaboração de remédios à base de plantas medicinais e do cuidado em saúde em uma Farmacinha Comunitária em Cristal do Sul, município do noroeste do Rio Grande do Sul. Evidencia-se a dinâmica de criação e transformação de conhecimentos das Bruxinhas, resultando em práticas sociais que mesclam os *fazeres e dizeres* dessas mulheres. Para além das práticas de cuidado em saúde, há envolvimento das mulheres em atividades de promoção da alimentação saudável, por exemplo, por ações conjuntas com agentes da extensão rural, e pela produção de alimentos em hortas agroecológicas. O reconhecimento dessas mulheres também se evidencia por sua participação na construção do Plano Territorial do Médio Alto Uruguai, onde, aos poucos, conseguem inserir pautas específicas das mulheres.

Percebe-se, a partir da experiência de organização das Bruxinhas, em torno do cuidado em saúde e da alimentação saudável, que a ação coletiva dos grupos de mulheres promove a construção de um entrelaçamento de práticas, que, tomadas em seu conjunto, parecem inaugurar novas possibilidades de mudança social, potencializando múltiplas associações entre a ação coletiva e novas materialidades, neste caso, significadas como alimentação saudável em oposição à alimentação que utiliza-se de agrotóxicos em sua produção. Desta forma, as mulheres fazem frente ao modelo universalizante de desenvolvimento econômico regional baseado, principalmente, na produção de soja, espécie esta que se configura como perpetuação da modernização agrícola.

O terceiro estudo de caso trata das experiências das mulheres com agroecologia, no Assentamento Quilombo dos Palmares II, localizado em Macaíba/RN. Estas experiências remontam a 2008 quando, apenas dois anos após a criação do assentamento, dez famílias foram beneficiadas com um projeto de hortas agroecológicas do SEBRAE, recebendo materiais, sementes e capacitação técnica. Nesse processo, as mulheres se envolveram intensamente, constituindo um grupo que se fortaleceu, influenciando outras assentadas a aderirem à produção de hortaliças. As experiências de comercialização, viagens e cursos técnicos que as mulheres realizaram parecem ter influenciado mudanças nas relações de gênero e na organização do trabalho no interior das famílias, contribuindo para a independência financeira e para a participação produtiva e política das mulheres.

Por outro lado, a invisibilidade dos trabalhos agrícolas, a responsabilização quase exclusiva com as tarefas domésticas e de cuidado e, a baixa participação no acesso aos programas de crédito ainda são obstáculos vivenciados pelas assentadas. Isso aponta para um processo mais lento de ocupação dos espaços sociais e produtivos pelas mulheres. Neste sentido, a agroecologia se coloca

como uma proposta que valoriza seus conhecimentos e seus espaços de trabalho, como os quintais, por exemplo.

O caso de Dona Francisquinha talvez seja o mais emblemático. Mulher assentada de 56 anos, fez o seu roçado numa área delimitada como reserva ambiental, contrariando as regras colocadas, mas seguindo a forma como seu pai lhe ensinou a plantar, no meio da mata. Nesse espaço, ela elabora uma série de técnicas tanto aprendidas com o pai, já que o acompanhou desde os seis anos no trabalho com a terra, como nas experiências e observações que ela própria realizou ao longo da vida, trabalhando na agricultura. São formas de consórcio entre plantas (feijão e mandioca), utilização de resíduos (palhada do milho e do feijão) como adubo, plantio de mandioca e maracujá entre os cajueiros. Além do trabalho no quintal, onde integra as criações de porcos e de um boi com os plantios de árvores frutíferas e hortaliças, aproveitando os estercos como adubos. São conhecimentos construídos à base da experiência que vêm sendo atualizados pelas informações e técnicas que um dos filhos traz do curso técnico em agropecuária realizado numa escola agrícola localizada próxima ao assentamento. No entanto, dona Francisquinha não é reconhecida como agricultora. No sindicato dos trabalhadores rurais de Macaíba, ela não conseguiu comprovar que é agricultora, sendo solicitada a trazer as matrículas de todas as escolas em que os filhos estudaram, para comprovar sua profissão. Também no assentamento, poucas pessoas conhecem o seu trabalho, a não ser os filhos, o marido e alguns vizinhos. Seus conhecimentos acabam não sendo aproveitados por outras assentadas e assentados que buscam desenvolver plantios de forma agroecológica.

O quarto estudo de caso acompanha a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária do Rio Grande do Norte, composta por 60 grupos associados, organizados em núcleos municipais que estão distribuídos em quatro territórios do estado, e envolvem cerca de 600 produtoras, das quais mais de 80% são mulheres, entre agricultoras, marisqueiras e artesãs, somando, assim, mais de duas mil pessoas beneficiadas indiretamente (CASTRO, 2014).

A Rede Xique-Xique é o resultado da organização de grupos de mulheres rurais que, inspiradas na experiência de comercialização do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, do Assentamento Mulunguzinho da reforma agrária, em Mossoró, se mobilizam para viabilizar a venda direta de alimentos produzidos no semiárido potiguar. Os produtos como, hortaliças, frutas da região, polpas, mel, queijo, doces, mariscos, castanhas, ovos, plantas medicinais, artesanatos, entre outros, são comercializados em feiras locais nas sedes municipais e em dois pontos fixos de venda (Mossoró e São Miguel do Gostoso), estabelecendo assim relação direta com os consumidores. A Rede também comercializa alimentos via mercados institucionais e organiza cestas de hortaliças e outros produtos por encomenda via loja virtual.

Atualmente a Rede está composta por duas entidades jurídicas: a Associação de Comercialização Solidária Xique-Xique, que foi fundada em 2003 para a venda de alimentos sem atravessadores, e a Cooperativa de Comercialização Solidária Xique-Xique (COOPERXIQUE), que foi criada posteriormente pela necessidade de gerar receitas para as produtoras, o que terminou deslocando a associação para as atividades mais culturais e políticas (PEREIRA, 2016).



Para os grupos de mulheres da Rede, a entidade parece ser muito mais do que um espaço de organização para a produção e comercialização de alimentos e artesanatos, constituindo também um espaço importante de articulação, formação permanente e, fortalecimento para as próprias mulheres.

Além de participarem de encontros, formações, intercâmbios nas redes de agroecologia e nos fóruns de economia solidária, as mulheres da Rede participam de forma ativa do movimento feminista, especialmente por meio da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) (DANTAS, 2005). Neste sentido, a ação da Rede Xique-Xique não está desvinculada do que Siliprandi (2015) identifica como lutas das mulheres pelo direito a uma vida digna no campo, onde elas despontam como sujeito político, mostrando a efetividade de sua luta com diversas conquistas. Neste escopo, “a Agroecologia não cumprirá seus propósitos, de ser uma teoria e um modelo para ação emancipatória dos camponeses, se também não se ocupar, teórica e praticamente, com o enfrentamento das questões da subordinação das mulheres camponesas” (SILIPRANDI, 2009b, p. 150).

Por último, em Sergipe, a RESEA (Rede Sergipana de Agroecologia) tem atuado na sistematização das experiências agroecológicas, como no caso do cultivo de sementes crioulas e do beneficiamento do cuscuz a partir do milho crioulo, e também tem atuado nas proposições de políticas públicas que possam influenciar as linhas de desenvolvimento rural do estado (Lei de Sementes Crioulas de Sergipe e Lei de Agroecologia). A RESEA é composta por diferentes atores com pautas e interesses particulares mas, que em sua interação, acaba criando espaços de diálogo que são marcantes na entidade e, ainda demarca uma terceira frente de atuação – a organização e o diálogo dos atores sociais - em que as mulheres têm papel importante nesta prática social.

Os espaços de diálogo são direcionados, especificamente, às discussões das experiências agroecológicas que ocorrem no estado, suas limitações e dificuldades. Tais espaços diálogo decorrem, em especial, da participação das mulheres na Rede, já que são elas que apresentam suas experiências, seja nas reuniões mensais, seja em visitas de dia de campo. Trazer esses espaços para o conjunto da Rede, de modo a compartilhar suas experiências com outros atores, torna visível as práticas agroecológicas que por vezes ficam escamoteadas sob a falsa ideia de um rural homogêneo. Vale mencionar, também, que atos públicos com fins de protesto (ambiental e social) são operacionalizados e divulgados pelas mulheres.

Essa dinâmica de participar da RESEA, fazendo circular as informações sobre o que acontece, contribui ainda para o adensamento de experiências dentro da própria rede, valorizando as capacidades das pessoas que estão imbuídas em um movimento contracorrente. Nesse sentido, a socialização das experiências que é feita pelas mulheres evidencia os mundos de vida, tecendo entre os atores uma rede de relações sustentada pelos momentos de diálogo. Para os atuais membros da entidade, a irradiação das ações da RESEA para as pessoas que não compõem a rede e, ainda, a ampliação de parcerias com outros atores, se apresentam como desafios, e os espaços de diálogo são momentos estratégicos no sentido de acolher as experiências e torná-las visíveis.



Cabe ressaltar então, por meio dos casos apresentados, como as práticas cotidianas das mulheres na agroecologia têm o potencial de promover transformações nos papéis sociais de gênero nos distintos contextos rurais, assim como mostrado por Karam (2004), Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli, (2016), e Wright e Annes (2014). Esses casos evidenciam também o protagonismo das mulheres rurais na construção de outras dinâmicas econômicas, pautadas por práticas que se materializam a partir de valores como cuidado, saúde, e a busca por se viver bem.

Para além disso, a multidimensionalidade da ação social das mulheres, envolvendo agroecologia e territórios, vai desde a interação e o trabalho nos roçados e quintais, passando pelo processamento e beneficiamento de alimentos, até chegar na comercialização, na organização e articulação política, atravessando e erguendo espaços de vida, com construção de distintos conhecimentos.

Percebe-se, então, como as mulheres, na sua organização social, econômica e política em torno da produção, do beneficiamento e da comercialização de alimentos, como também nas atividades de cuidado, reconfiguram as relações sociais nas suas comunidades. Esses processos, associados a materialidades diversas (alimentos, sementes, remédios, etc.), constituem uma multiplicidade de práticas territoriais associadas à possibilidade de construção de novos espaços de existência. Ao tecer vínculos e alianças com outras mulheres e homens, mas também com as plantas, os animais, a água, as sementes, elas constroem teias e territórios de existência, configurando mundos de vida econômico-político-ecológicos heterogêneos e localizados, mas que se expandem à medida que os atores circulam pelos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos apresentados mostram que a participação das mulheres nos diversos espaços públicos, como aqueles de formação, de comercialização e de organização política, potencializa o reconhecimento de modos heterogêneos de existência, orientando práticas e narrativas associadas a novas configurações territoriais.

Os grupos de mulheres rurais, com diferentes dinâmicas de organização, assinalam o protagonismo das mulheres na produção de territórios, dando visibilidade às questões de gênero, de saúde, da produção de base ecológica e da alimentação saudável. Poder-se-ia dizer que suas ações coletivas se encontram na interface entre o desenvolvimento territorial e a agroecologia.

Nesse sentido, entendemos que a importância da agroecologia para as mulheres agricultoras, se deve menos a uma maior predisposição destas às relações harmônicas com a natureza, do que a uma conciliação entre as propostas agroecológicas com as necessidades, que são impostas pelas tarefas que as mulheres assumem no interior das famílias, de garantia da alimentação e de cuidado com a saúde dos seus membros. Pode-se assim falar de uma territorialidade feminina, em que se criam materialidades vinculadas às práticas que, aqui, chamamos de territoriais. As pesquisas apresentadas evidenciam como, nestes espaços, se visibiliza e valoriza o trabalho feito pelas mulheres, se fortalecem redes de solidariedade, se compartilha e se destacam as práticas



agroecológicas, que além de constituírem territórios possíveis para a vida, ensamblam-se como experiências em comum, que dão visibilidade política para as mulheres rurais.

Identificamos, então, dois processos interconectados: por um lado, a construção de territorialidades por meio de práticas locais que materializam os saberes das mulheres em seus trabalhos cotidianos, e por outro, o reconhecimento social que visibiliza mulheres como sujeitos da agroecologia. A necessidade de reconhecimento, vinculada à histórica invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras, e sua conquista através da ocupação dos espaços sociais, produtivos, e políticos, influencia outras mulheres a partilharem conhecimento agroecológico e, a se inserirem nas redes e organizações voltadas para esse fim, impulsionando, assim, movimentos criativos na construção de formas ecológicas de agricultura nos distintos territórios.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva**. A experiência da Rede Xique-Xique. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DALLA ROSA, Luna C. **Saberes, movimentos e territorialidades**: experiências no assentamento Quilombo dos Palmares II (Macaíba/RN). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

DANTAS, Isolda. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 27-30, out. 2005.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, edição especial, 2016.

HERRERA-ORTUÑO, Judit. **Mulheres rurais e a construção da autonomia**: as práticas e a ação coletiva das Bruxinhas de Deus em Cristal do Sul, RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

INGOLD, Timothy. Trazendo às Coisas de Volta à Vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n 37, p. 25-44, 2012.

KARAM, Karen. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320. 2004.

MACIAZEKI-GOMES Rita de Cássia, NOGUEIRA Conceição, TONELI Maria. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 115-124. 2016.

NASCIMENTO, Bárbara; DAL POZZO, Salvador. Ecofeminismo e comunidade Sustentável. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1. p. 11-34. 2015.

PEREIRA, Eddla Karina Gomes. **Tecendo redes a partir da articulação entre economia solidária, feminismo e agroecologia**: novas perspectivas de desenvolvimento alternativo no semiárido potiguar. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.



SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para uma análise histórica.** Tradução: Christine R. Dabat; Maria Betânia Ávila. Texto original: SCOTT, Joan. Gender: An Useful Category of Historical Analyses. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1991.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2009a.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b. p. 139-152.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 571-592.

VELASCO, Miriam Calvillo. Territorialidad del género y generidad del territorio. In: RAMOS, M. E. R.; LARA, A. F. L. (Org.). **Explorando territorios:** una visión desde las ciencias sociales. México: UNAM, 2012. p. 236-293.

WRIGHT Wynne; ANNES Alexis. Farm Women and Agritourism: Representing a New Rurality. **Sociologia Ruralis**, Wageningen, v. 54, n. 4, p. 477–499. 2014.